

Viabilidade econômica

26 FEV 1987

Ao lado das circunstâncias nada animadoras que levaram o Governo a suspender o pagamento dos juros da dívida externa, militam outras de grande repercussão para o processo de ajustamento interno da economia. Vai o País colher até maio a maior safra de grãos de sua história, estimada em 65 milhões de toneladas, com a perspectiva de uma elevação substancial desse número nos períodos sazonais de 1988 e seguintes. O aumento da produção de milho, arroz e feijão deverá permitir às contas externas um alívio equivalente a 1,5 bilhão de dólares, exatamente a importância gasta no exercício passado com a importação desses produtos e de elevadas quantidades de carne bovina.

Desenham-se essas linhas otimistas, no que se relaciona ao suprimento interno de gêneros essenciais à alimentação do povo, a partir de algumas variáveis incluídas na atual política agrícola do País. Os volumes de financiamento liberados ao setor este ano, substancialmente superiores ao do exercício anterior, deverão crescer significativamente no futuro. Sustentam essa previsão a direttriz adotada pelo Governo de privilegiar a expansão da atividade primária da economia e os fatores de enriquecimento autárquico já institucionalizados ao curso das mudanças operadas recentemente.

Quanto a esse último aspecto, coloca-se em primeiro lugar a decisão de Sarney de lançar a Caderneta Rural, seguramente um instrumento poderoso de captação de recursos no interior do próprio sistema produtivo. Com essa

inovação, os excedentes líquidos das operações comerciais com base nos produtos agrícolas poderão, em partes significativas, retornar ao próprio setor, através de investimentos com recursos da Caderneta. Na prática, será a instituição de um mecanismo multiplicador de investimentos pela utilização dos próprios ganhos da agricultura, o que ocorrerá pela primeira vez no País. E os recursos oriundos dessa fonte ainda poderão ser substancialmente maiores se o Governo autorizar o Banco Nacional de Crédito Cooperativo a juntar-se ao Banco do Brasil na exploração da Caderneta Rural. Como se sabe, saneado em sua posição econômico-financeira, depois de haver sido levado quase à destruição no Governo passado, o BNCC é hoje um importante instrumento de catalisação e distribuição de recursos, em função da liderança incontestável que exerce sobre o sistema cooperativado da economia nacional.

Relaciona-se ainda como providência de notável efeito para o equilíbrio e desenvolvimento da produção agrícola o mecanismo de realinhamento dos preços mínimos de garantia. Todos os fatores de ordem financeira que intervierem na elevação de custos, ou mais precisamente os agregados inflacionários, serão compensados no estabelecimento final dos valores de comercialização ao nível do produtor. Os preços mínimos, no caso, são apenas um ponto de referência inicial, aos quais se juntarão os acréscimos gerados pela inflação, na hora da colheita.

Há razões sobejas, pois, para acreditar que, a despeito do perio-

do de dificuldades previsto como consequência dos problemas da dívida externa, haverá melhores condições de abastecimento interno e práticas mais razoáveis de preços ao consumidor. É evidente que a limitação de gastos em divisas com a importação de alimentos e a maior oferta de gêneros ao mercado, por efeito do aumento da produção nacional, deverão funcionar como fatores de estabilização econômica. O efeito seguinte de uma conjuntura com esse perfil será a eliminação de alguns fatores potenciais de fermentação social.

O Governo deve cuidar, porém, — e com a maior urgência possível — de mobilizar meios não-ortodoxos para armazenar a safra deste ano, com o uso de escolas, galpões, abrigos infláveis, etc, para evitar a perda de grande parte da colheita prevista. E, também, desde agora, exercitar uma política ousada de aumento da capacidade armazenadora, de modo a resolver o problema em caráter definitivo. Nesse sentido, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, em razão de sua notória experiência nesse campo — além de sua capacidade de mobilizar equipamentos do sistema cooperativista — poderia ser de grande utilidade no êxito de uma nova política de armazenagem.

Conclui-se que, apesar de tudo, o Brasil demonstra mais uma vez suas potencialidades econômicas e deve inscrever o episódio da suspensão do pagamento dos juros de sua dívida externa como uma ação cautelar, destinada a prevenir indesejáveis desequilíbrios internos e abrir espaço a uma justa negociação com os credores.